



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 4.113, DE 2023

(Da Sra. Rosângela Reis)

Assegura o direito de pessoa jurídica ou pessoa física que possua unidade de geração fotovoltaica e seja participante do Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE a doar sua sobra de energia elétrica para entidades sem fins lucrativos.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-2893/2021.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Da Sra. ROSÂNGELA REIS)

Assegura o direito de pessoa jurídica ou pessoa física que possua unidade de geração fotovoltaica e seja participante do Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE a doar sua sobra de energia elétrica para entidades sem fins lucrativos

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica assegurado o direito de pessoa jurídica ou pessoa física que possua unidade de geração fotovoltaica e seja participante do Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE, de que trata a Lei nº 14.300, de 6 de agosto de 2022, a doar sua sobra de energia elétrica para entidades sem fins lucrativos.

Parágrafo único. Entende-se por sobra de energia elétrica a quantidade de energia elétrica gerada pela unidade de geração fotovoltaica que exceda o consumo da pessoa jurídica ou pessoa física.

Art. 2º A doação de energia elétrica será realizada por meio de contrato específico, que estabelecerá as condições, prazos e obrigações das partes envolvidas.

Parágrafo único. O contrato de que trata o *caput* deverá prever que a entidade beneficiada utilize a energia doada exclusivamente para suas atividades sem fins lucrativos, sendo vedada a comercialização dessa energia.

Art. 3º A pessoa jurídica e a pessoa física de que trata o art. 1º têm direito de abater o valor correspondente à energia elétrica doada de encargos do setor elétrico e de obrigações relacionados à energia elétrica.

Parágrafo único. O regulamento disciplinará a forma de abatimento do valor correspondente da energia elétrica doada.



Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As entidades sem fins lucrativos realizam importante serviço social, mas infelizmente defrontam-se com crônica deficiência de recursos para custear suas atividades.

Uma forma de diminuir essas dificuldades é possibilitar que essas entidades tenham acesso à energia elétrica sem custo. Com esse propósito, a presente proposição assegura à pessoa jurídica ou à pessoa física que possua unidade de geração fotovoltaica e seja participante do Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE, de que trata a Lei nº 14.300, de 6 de agosto de 2022 o direito de doar sua sobra de energia elétrica para entidades sem fins lucrativos.

Assim, considerando o relevante benefício social proporcionado por esta proposição, solicitamos aos ilustres colegas parlamentares decisivo apoio para a célere aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputada ROSÂNGELA REIS





CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI Nº 14.300, DE 06 DE
JANEIRO DE 2022**

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2022-0106;14300>

FIM DO DOCUMENTO